



VI Simpósio Nacional de HISTÓRIA CULTURAL

Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar

“UMA HISTÓRIA EM SEU LUGAR”: CULTURA, CIDADANIA E INTERVENÇÃO MUSEAL NO PARQUE-FAZENDA LAGOA DO NADO (BELO HORIZONTE) *

Luiz Henrique Assis Garcia **

1

Como coordenador do Setor de Pesquisa do Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB), de Belo Horizonte, participei entre 2003 e 2010 da formulação de uma política de acervos dedicada a ampliar o leque de artefatos passíveis de tratamento museológico, ultrapassando os limites de suas coleções tradicionais. Considerando o espaço urbano como suporte de memória, ensejava o lançamento de ações dispersas pela cidade, que aplicassem concepções teóricas mais refinadas e atualizassem a relação

* Este texto beneficia-se da pesquisa realizada entre 2008 e 2009 no âmbito do projeto *A história do Centro de Cultura Lagoa do Nado*. Coordenei a equipe, composta ainda pelas historiadoras Clarita Ribeiro Gonzaga e Isabela Tavares Guerra, e pelos estagiários Bruno Valverde, Isabella Figueira, Rafaela Campos, Sarah Ferraz e Télió Cravo. Uma versão inicial deste trabalho foi apresentada como palestra durante o evento local *Inverno no MHAB*, em 2011. Algumas das reflexões realizadas são decorrentes da interlocução junto a colegas e alunos do Mestrado da UNIVALE, e outras da apresentação no âmbito deste VI Simpósio junto aos colegas do ST *História Cultural e Patrimônio*. Para essa participação recebi apoio do programa APRC da Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais. Agradeço a todos pelas contribuições.

** Doutor (2007) em História Social da Cultura pela UFMG. Professor da ECI-UFMG, atuando especialmente no curso de Museologia. Coordena o grupo de pesquisa Observatório de Museus da UFMG, além de ser membro do Centro de Convergência de Novas Mídias (CCNM) – UFMG. Foi colaborador do Mestrado em Gestão Integrada do Território (MGIT) da UNIVALE. Atua principalmente nas seguintes linhas de pesquisa: história da música popular brasileira, patrimônio e memória, trocas culturais, territórios e cidades. E-mail: lhag@ufmg.br

entre o museu e a comunidade. Desde o princípio, uma das linhas mestras dessa política era a atuação no espaço da cidade, orientada até ali pelo conceito de acervo operacional: “(...) áreas e objetos sensíveis do tecido urbano, socialmente apropriados, percebidos não só na sua carga documental, mas na sua capacidade de alimentar as representações urbanas” (MENEZES, 1985, 201). Entretanto, no decorrer dos trabalhos, foi ficando claro o risco de empregar a categoria ‘acervo’, ainda que acompanhada do adjetivo ‘operacional’, o que de alguma forma poderia trazer complicações ao...

(...) mascarar a distinção entre o espaço urbano, mutável, sujeito a apropriações múltiplas e à dinâmica da vida social, e o acervo de museu, composto por artefatos subtraídos do ciclo original de uso a que estavam destinados e submetidos a uma série de procedimentos que visam preservá-los. (GARCIA, 2009, 69)

Essa problematização levou-me a propor o conceito de **intervenção museal**, compreendendo projetos realizados a partir de 2006 - *MHAB: acervos operacionais em Belo Horizonte/Praça Sete, Ilha da Prudente e A história do Centro de Cultura Lagoa do Nado* - em que a história de lugares da cidade era narrada através de painéis acomodados em expositores feitos em aço e vidro com base de concreto, concebidos para integrar (e dialogar com) o próprio espaço urbano abordado pela exposição. Opto por abordar a seguir apenas o último desses projetos, que resultou na exposição *Lagoa do Nado: um lugar e suas histórias – Sítio, Parque, Centro de Cultura*¹, inaugurada em 2009, considerando que essa escolha favorece uma abordagem verticalizada da metodologia de trabalho e permite refletir sobre a experiência de musealização do lugar. Dividi a explanação que segue em duas partes: a primeira aborda a metodologia de pesquisa, destacando a importância dos trabalhos de campo e faz uma síntese dos resultados alcançados; a segunda trata da exposição, procurando demonstrar a construção de um percurso narrativo que articulou a pesquisa e o próprio espaço do parque, e encaminhando as considerações finais do texto.

1 Inaugurada em 30/10/2009, fruto de parceria entre o MHAB e o Centro de Cultura Lagoa do Nado (CCLN), financiada com recursos da Lei estadual de incentivo à Cultura de Minas Gerais. Sobre os demais projetos, ver GARCIA, 2009.

UMA PESQUISA SOBRE/NA CIDADE

A perspectiva adotada implicava basicamente em tratar a própria cidade como campo de pesquisa para a História. O mosaico urbano pedia uma abordagem interdisciplinar, o que de todo modo é a tônica da História Urbana. Nessa área de estudos, o arsenal metodológico tradicional é posto em diálogo com ferramentas conceituais criadas em campos diversos como a antropologia urbana, a geografia, os estudos culturais e as ciências sociais. Neste sentido, superou-se uma visão esquemática e reducionista que procurava apresentar a história da cidade exclusivamente do ponto de vista oficial, nas falas e gestos dos que governam, compondo uma narrativa linear e homogênea que descarta as discontinuidades e confrontos. Nem por isso é preciso corroborar a crença generalizada de que as metrópoles contemporâneas sejam fonte de caos e desagregação. Como propõe José Guilherme MAGNANI, é preciso um ajuste de foco para perceber *de perto e de dentro* que as metrópoles apresentam “(...) novos padrões de troca e de espaços para a sociabilidade e para os rituais da vida pública.” (MAGNANI, 2002, p.26).

Cabe destacar que um recurso teórico importante para dar conta de tal ajuste foi o emprego do conceito de “lugar”, definido como espaço que ganha singularidade a partir das formas de sua apropriação pelos cidadãos (ARANTES, 1994 e 2000; CARLOS, 1996; FERRARA, 1993; NORA, 1993). Singular mas não unívoco, pois de acordo com Mariza VELOSO, “(...) o espaço urbano abriga fluxos de informação, de mercadorias e formas diferenciadas de sociabilidade, extremamente complexos, o que demarca a existência de múltiplas territorialidades” (VELOSO, 2003, 110-111). Mas, como a mesma autora pondera, essa diversidade não exclui as possibilidades de comunicação entre os grupos sociais nem elimina a presença, ainda que momentânea, da “convergência de sentido” que participa da construção do espaço público (VELOSO, 2003, 111). Aqui é profícuo sugerir uma aproximação com os estudos geográficos, pois tal construção ocorre entre enfrentamentos e negociações protagonizados por atores diferentes e desiguais, pois o território é objetivado por relações sociais que modificam o espaço (SAQUET, 2007, 66). Cumpre assim considerar que a cidade é disputada e retalhada por diversos fenômenos territoriais (VALVERDE, 2004, 122).

Tais reflexões foram extremamente pertinentes para embasar o método de trabalho da equipe, pois além da costumeira pesquisa em arquivos passamos a realizar trabalhos de campo nos lugares selecionados para receber as intervenções museais². Começamos por observar a relação do passante/freqüentador com o parque, através de caminhadas que eram registradas com emprego de aparelhagem digital (câmaras e gravadores), o que possibilitou a geração de toda uma documentação em imagem e som utilizada para captar a diversidade de usos e formas de sociabilidade protagonizadas pela comunidade. Através dos depoimentos colhidos e do acervo identificado foi possível perceber a produção de sentidos e representações sobre o parque, em diferentes contextos históricos. Evidentemente, a metodologia em questão não elimina a validade da pesquisa em arquivo, e sim dialoga com ela, “(...) lançando luz em pontos obscurecidos no discurso da memória oficial, demolindo certezas dos modelos que ignoram a dimensão do cotidiano, instigando novas direções à investigação” (GARCIA, 2009, 66).

O objetivo central era mostrar as transformações físicas e simbólicas do espaço como resultado de sua apropriação por diferentes sujeitos históricos. A trama principal é a história da criação do Parque Fazenda Lagoa do Nado, em Belo Horizonte, dividida em **três** cortes cronológicos. O terreno, que pertencera à família de importante político e empresário local desde 1934 até sua desapropriação (1º), seria reivindicado por moradores da região e grupos organizados para tornar-se área pública na passagem dos 1970-1980 (2º), evidenciando a emergência de discussões em torno da questão ambiental, da cultura e dos direitos sociais. Finalmente implementado como parque municipal na década de 1990 (3º), veio a ser instalado ali um centro cultural, dada a reconhecida importância do lugar como pólo regional de criação e fruição de diversas manifestações culturais.

Em 1934, Américo Renê Giannetti³ adquiriu os terrenos das fazendas Olaria, Lagoa, Olhos D'Água, Curral dos Borges e Córrego do Nado (COUTO, 1992, p. 155).

2 A pesquisa foi realizada entre março e dezembro de 2008. Para a lista completa de fontes consultadas, consultar o catálogo da exposição (GARCIA & GONZAGA, 2009).

3 Filho de imigrantes italianos, nasceu em 20 de abril de 1896. Formado pela Escola de Minas de Ouro Preto em 1923, conduziu empreendimentos diversificados, ilustrando um perfil empresarial que alavancou, a partir da década de 1930, a diversificação da produção alicerçada pelo deslocamento de recursos do Estado. Ingressou na vida pública como secretário estadual entre 1947 e 1950. Eleito,

Nessa última, instalou o sítio reservado ao lazer de sua família, um recanto para férias e finais de semana⁴, posteriormente transformado no Parque Municipal Fazenda Lagoa do Nado⁵. As demais áreas foram loteadas a partir de 1938 pela Imobiliária Mineira, pertencente a A.R. Giannetti, e atualmente compõem os bairros Jardim Atlântico, Santa Amélia, Santa Mônica, Planalto, Itapoã e Santa Branca, além de uma parte da Av. Portugal. A consulta a documentos de arquivo, incluindo aí uma preciosa incursão à Imobiliária Mineira que renderia cópias de plantas e peças gráficas mostrando os loteamentos na região, foi complementada com depoimentos de familiares, o que certamente é uma prática trivial.

Mas o trabalho em campo abriu outras possibilidades, como a entrevista com uma das moradoras mais antigas da região, que não tinha maior envolvimento com a família e falava do ponto de vista de quem residia perto do sítio. Os empreendimentos realizados nos arredores trouxeram transformações decisivas ao perfil do território, marcantes para as pessoas que já ocupavam o lugar:

Não tinha água, não tinha luz, não tinha nada aqui. Eu lavava a roupa, apanhava água dentro da Lagoa do Nado, numa bica que tem lá adiante (...) Quando eu mudei aqui para a Lagoa só tinha o meu barracão, só isso. Não tinha mais nada, não (...) Foi muito rápido. Nossa senhora! Foi depressa demais.⁶

Após a morte de Giannetti, o sítio foi caindo gradativamente em desuso. Em 1973, a área foi declarada de utilidade pública e destinada à execução de obras municipais. Foram encontradas indicações⁷ de que a intenção inicial da Prefeitura era construir um parque, porém o decreto então assinado⁸ apenas estabelecia que qualquer obra de interesse público poderia ser realizada. Ao final da década, contudo, nenhuma obra havia sido realizada. Mas, em dezembro de 1981, o governo estadual adquiriu o terreno da imobiliária e anunciou a construção de um conjunto habitacional. Gesto

assumiu a Prefeitura de Belo Horizonte em 31 de janeiro de 1951 e faleceu ainda no exercício de seu mandato, em 6 de setembro de 1954.

4 Retirado do depoimento de Marília Giannetti, concedido ao MHAB em 24/07/2008.

5 Atualmente, a área preservada possui cerca de 300.000 m².

6 SOUZA, Maria Eva de. Belo Horizonte, 31 jul. 2008. CD áudio (34 min.). Transcrição 16 p. Entrevista concedida ao Setor de Pesquisa do MHAB.

7 ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte, set. 1973. p. 07.

8 BELO HORIZONTE (MG). Decreto n. 2.408 de 05 de set. 1973.

autoritário típico do período, que ameaçava descartar num safanão as expectativas que vinham se criando em torno da utilização do antigo sítio.

Mesmo durante o período em que permaneceu sem receber as intervenções necessárias para torná-la devidamente acessível ao público, embora já estivesse desapropriada, a Lagoa do Nado era frequentada por moradores da região. Em seus relatos, o abandono do local, o crescimento desordenado do mato e os incêndios convivem com recordações sobre a própria infância, tempo em que nadavam, pescavam ou colhiam frutas na área que pertencera ao sítio, a que alguns se referiam como “*Mata do Janete*”. A memória desse período, portanto, desempenharia papel importante como interpeladora de práticas cotidianas identificadas à territorialidade realizada pelos movimentos, que assim procuravam fundar-se a partir de usos que estariam consagrados na cultura local.

No final da década de 1970, a questão ambiental começava a integrar a agenda pública, junto a temas mais usuais, como saúde, trabalho e habitação. Ocorreu, então, uma mudança de perspectiva sobre as “áreas verdes”, enfatizando a necessidade de sua preservação, ante a voracidade do crescimento urbano e da produção industrial. Nesse contexto, jovens moradores da região montaram uma peça de teatro denunciando a poluição gerada na área do parque pela empresa Central Beton. Eles organizaram o grupo Verde Integral, orientados pela Associação Mineira de Defesa do Ambiente (AMDA). As entidades convocaram uma caminhada em defesa da Lagoa do Nado, que ocorreu em 4 de abril de 1982 com a presença de mais de 2.000 pessoas e foi bastante noticiada nos órgãos de imprensa⁹. No ano seguinte os mesmos jovens organizaram a 1ª Festa da Lagoa do Nado e criaram a Associação Cultural Ecológica Lagoa do Nado (ACELN).

A partir daí, foram várias formas de atuação e mobilização da comunidade, como passeatas, abraços em torno do parque, reuniões, mutirões de plantio de árvores, abaixo-assinados, cartas cobrando providências a órgãos responsáveis ou representantes

9 GRUPO de jovens do Planalto faz caminhada em defesa da mata. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, p. 7, 03 abr. 1982 ; UMA área de lazer para o Planalto. *Diário da tarde*, Belo Horizonte, 05 abr. 1982. Caderno 1, p. 5; MINEIROS fazem marcha para preservar mata. *O Globo*, Rio de Janeiro, 05 abr. 1982; PARA evitar que a ‘Mata do Janete’ e a ‘Lagoa do Nado’ sejam destruídas. *Jornal de Casa*, Belo Horizonte, 11 a 17 abr. 1982.

políticos, festas, espetáculos teatrais e musicais, festivais de música, atividades esportivas e educacionais, entre tantas outras. É interessante ressaltar que o movimento organizado tinha também bastante cuidado em relação à memória em torno de suas ações. Através de um dos membros fundadores da ACELN a equipe de pesquisa pode consultar um arquivo que, ainda que não estivesse completamente organizado, trazia evidências documentais bastante diversas de todas as atividades e ações mencionadas.

A ênfase na sociedade civil organizada sem vinculação direta com partidos políticos, revelou uma nova postura diante da política institucional, que, se desconfiava dos canais tradicionais, propunha fiscalizar e participar da gestão dos recursos e bens públicos, ampliando instrumentos legais e espaços de representação (PAOLI & TELLES, 2000, 109). Dentre os diversos registros que foram acessados, as fitas de VHS com imagens das festas foram as melhor evidenciavam essa dimensão política. De fato, a cultura desempenhou papel fundamental nas mobilizações em torno do Parque ao longo dos anos, e foi sempre uma dimensão presente nas diversas formas de apropriação do espaço praticadas por seus frequentadores, incluindo aí os próprios artistas. A demanda pela instalação de um Centro Cultural na Lagoa do Nado (CCLN) partiu da comunidade e foi reforçada pelos resultados de um questionário aplicado nos bairros da região pela ACELN, em 1984, mas só aconteceu em 1993. A pesquisa revelou aí um ponto de tensão entre o movimento organizado e a Secretaria Municipal de Cultura (SMC) da prefeitura municipal. O embate em torno do centro cultural, identificado na documentação pertencente ao CCLN, acabou aparecendo de forma mais nítida quando abordadas em entrevistas, realizadas inclusive com servidores da área cultural que havia se envolvido diretamente nessa questão.

A partir das pressões populares iniciou-se o longo processo de configuração do parque que ultrapassaria a década de 1980. Percebe-se a importância da participação da comunidade ao longo desses anos, enfrentando a morosidade e ineficiência de alguns administradores públicos, pois foram atendidas várias demandas. Após muitas reformas e construções feitas “a conta-gotas”, o parque foi finalmente concluído em 1994, com os recursos obtidos por meio de um convênio entre a PBH e a mineradora MBR¹⁰. Foi justamente para tratar do período que segue à instalação do CCLN e à conclusão das

10 JORNAL DA PAMPULHA. Belo Horizonte, 09 a 15 abr. 1994.

obras do parque que a pesquisa de campo revelou sua importância, pois permitiu o registro de várias formas de uso e sociabilidade no recorte do cotidiano, como a prática de esportes, as brincadeiras infantis, o descanso nas horas de lazer ou intervalos de trabalho, ou mesmo as marcas deixadas por um casal enamorado no tronco de uma árvore.

FAZENDO UMA EXPOSIÇÃO NO/SOBRE UM PARQUE MUNICIPAL

Nos debates que pautavam as reuniões em torno da política de acervo no MHAB, havia ficado clara a enorme limitação do acervo da instituição para dar conta das questões que passáramos a formular. A perspectiva de História e de Cidade que se pretendia adotar demandava dar voz a atores até então silenciados, esquecidos, a dimensões da experiência urbana até então negligenciadas. Era indispensável ir à cidade, e, mais ainda, não esperar que “ela” fosse ao museu. O contato dos pesquisadores com o lugar e os cidadãos que dele se apropriam acaba por ser transformador da realidade social: ao “(...) aprender os significados sociais dos lugares históricos através da sua discussão com as audiências urbanas (...)” (HAYDEN, 1996, p.13) o historiador atua como mediador em um processo de democratização do conhecimento histórico sobre a cidade. Não se trata de assumir uma posição condescendente ou paternalista diante dessa possibilidade de participação, uma vez que a mesma “(...) não substitui a problemática específica da valoração histórica e estética dos bens culturais (...) mas oferece outrossim uma referência – uma fonte de sentido(...)” (GARCÍA CANCLINI, 1994, p.106).

Cumprir lembrar que transformações realizadas no bojo da Nova Museologia, a partir da década de 1970, implicaram o alargamento da noção de “objeto museológico” e a defesa pelo aumento da participação da comunidade no museu (ALMEIDA, 1996). Essas mudanças transparecem tanto nos debates e declarações ocorridos em encontros internacionais da área quanto nas novas práticas adotadas por instituições que emergiram neste contexto, como os museus comunitários, ecomuseus, museus itinerantes, entre outros (CERÁVOLO, 2004, pp. 258-262). Há conseqüentemente um cenário de experiências que antecedem e embasam a iniciativa realizada na Lagoa do Nado. Desse modo os trabalhos de campo serviam para envolver os cidadãos na

investigação dos registros materiais e simbólicos da história do parque, ao mesmo tempo em que através desse contato identificávamos possíveis colaboradores que pudessem conceder entrevistas e/ou ceder acervo para compor a exposição. De fato, foi esse acervo rico, composto de recortes de jornal, cartazes, fotografias, cartas e transcrição de entrevistas que compôs praticamente todo o acervo que foi reproduzido nos painéis.

O conteúdo da exposição foi organizado em três módulos (correspondendo a 3 áreas de exposição), que tratam de diferentes recortes temáticos e cronológicos, articulados pela história do lugar. Até certo ponto a concepção dos módulos seguiu os cortes cronológicos apresentados na seção anterior. No entanto, surgiu a ideia de dar maior unidade temática a cada um, já que seriam posicionados distantes uns dos outros. Essa opção favoreceu também o processo de seleção do acervo, orientando a escolha de modo a cobrir o período tratado ao mesmo tempo que o tema garantia uma percepção mais clara das relações entre os diferentes itens reproduzidos, os depoimentos transcritos e os textos historiográficos que compunham os painéis.

Durante as caminhadas realizadas em campo a equipe de pesquisa procurou mapear o parque com a finalidade de determinar pontos adequados ao posicionamento dos expositores, de modo a articular o conteúdo temático e cronológico específico à sua localização. Foram escolhidos 2 locais próximos a entradas, posicionando o módulo referente ao sítio numa área mais próxima àquela que era identificável ao uso nos relatos dos familiares de Giannetti e o módulo dedicado à mobilização próximo à portaria que era mencionada em alguns relatos de moradores como melhoria conquistada por suas reivindicações. O módulo que tratou do Centro Cultural foi posicionado nas proximidades do casarão, numa área em que costuma ser instalado um palco para apresentações culturais promovidas pelo CCLN. Todos os módulos compõem juntos a narrativa das transformações e apropriações do espaço urbano. Seu projeto arquitetônico segue o mesmo padrão, o que ajuda a dar ideia de unidade entre eles. O projeto gráfico dos painéis, por sua vez, cumpre efetivamente a função de garantir uma identidade visual para cada módulo, utilizando uma cor de fundo diferente em cada um (bege, azul e verde). Por outro lado, foi criado um mapa estilizado do parque, reproduzido na margem inferior dos painéis, que indica o posicionamento de

cada um dos módulos, o que promove a percepção de sua articulação e ao mesmo tempo convida o público a percorrer o parque com a intenção de completar um percurso que os interligue. Ao construir esse percurso, o público constrói ativamente uma interpretação das transformações do território no qual se desloca.

No caso da Lagoa do Nado, é possível perceber que a transformação do sítio em parque, da territorialidade que denotava uma distinção social à que implica possibilidades de uso público, passou ainda pela apropriação tecnicista e burocrática determinada pelo estado autoritário. Em seus painéis, a exposição incorpora a memória do envolvimento e da participação da comunidade, documentada em jornais, fotografias e depoimentos, evidenciando disputas em torno de seu significado social e histórico. O que a narrativa da exposição evidencia, através dessa trajetória marcante de negociação e persistência, é o significado da construção coletiva da cidade através da leitura crítica de sua história e seu patrimônio. A história revela a configuração de um lugar da cidade em sua dinâmica e complexidade, de um espaço idealizado desde diferentes pontos de vista até o espaço construído por diferentes atores em interação. É nesse sentido que a intervenção museal não se identifica à obsessiva patrimonialização e “museificação” da cidade (JEUDY, 2005), e recusa a espetacularização da memória (HUYSSSEN, 1999). Ela reconhece que não é possível catalogar a cidade. Uma exposição que não reflita essa impossibilidade será mera legenda da paisagem urbana, substituindo a possibilidade de produção de conhecimento pelo discurso pré-fabricado com o intuito de vender uma “imagem”. A ideia de uma intervenção museal coloca a história em seu lugar, na cidade.

10

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Mota. “Mudanças Sociais / Mudanças Museais: Nova Museologia/Nova História - Que relação?” *Cadernos de Museologia* nº 5, ULHT, Lisboa, pp.102-105, 1996.

ARANTES, Antonio A. “A guerra dos lugares”. *Cidade. Revista do patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.23. Rio de Janeiro: IPHAN, p.191-203, 1994.

ARANTES, Antônio A. (org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000.

CARLOS, Ana Fani A. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

CERÁVOLO, Suely Moraes. “Delineamentos para uma teoria da Museologia”. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.12, jan./dez., pp. 237-268, 2004.

COUTO, Maria Olívia. *Ventos do sul nas montanhas de Minas: biografia de Américo Renê Giannetti*. Belo Horizonte: SENAI-MG, 1992.

FERRARA, Lucrécia D. *Olhar periférico*. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1993.

GARCIA, Luiz Henrique A. “O lugar da História: intervenções museais no espaço urbano em Belo Horizonte” In: *Anais da VII Semana dos Museus USP*, São Paulo, pp.62-70, 2009.

GARCIA, Luiz Henrique A.; GONZAGA, Clarita R. *Lagoa do Nado: um lugar e suas histórias Sítio, Parque, Centro de Cultura*. Belo Horizonte: MHAB, (Catálogo de exposição), 2009.

GARCÍA CANCLINI, Nestor. “O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 23, p. 95-115, 1994.

HAYDEN, Dolores. *The power of place: urban landscapes as public history*. Cambridge, Massachusetts: The MIT press, 1996.

HUYSSSEN, Andreas. *Memórias do modernismo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

JEUDY, Henry-Pierre. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. “O museu na cidade x a cidade no museu. Para uma abordagem histórica dos museus de cidade”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 5, n. 8/9, pp. 197-206, 1985.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP. N° 10, p. 07-28, 1993.

PAOLI, M. C. & TELLES, V.S. “Direitos Sociais, Conflitos e Negociações no Brasil Contemporâneo”, In ALVAREZ, S.E., DAGNINO, E. & ESCOBAR, A. *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos*, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

SAQUET, M.A. “As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade”. *Geosul*, Florianópolis, v. 22, n. 43, p 55-76, jan./jun., 2007.

VALVERDE, R.R.H.F. “Transformações no conceito de território: competição e mobilidade na cidade”. *Geosp – Espaço e Tempo*. São Paulo, n.115, p.119-126, 2004.

VI Simpósio Nacional de História Cultural
Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar
Universidade Federal do Piauí - UFPI
Teresina-PI
ISBN: 978-85-98711-10-2

VELOSO, Mariza. “O museu como espaço público”. In: SANTOS, Afonso C.M. dos, KESSEL, Carlos, GUIMARAENS, Cêça (orgs.). *Livro do Seminário Internacional Museus e Cidades*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, p.104-122, 2004.